

Previdência passa em comissão e enfrenta o Plenário no dia 25

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado concluiu, no início da noite de ontem, depois de mais de dez horas, a votação da reforma da Previdência. Das 336 emendas de Plenário, 224 foram rejeitadas e 112 aproveitadas em uma nova proposta de emenda constitucional. Sem mudanças, o texto retorna ao Plenário, onde está prevista a votação inicial, em primeiro turno, no dia 25

Página 3



JORNADA Por mais de dez horas, senadores discutiram a Previdência: parte deles defendeu mudanças, mas acabou prevalecendo o parecer de Tião Viana (foto acima, à direita, com Edison Lobão), que manteve intocado o texto aprovado pela Câmara



Pacto federativo corre risco, alerta subcomissão

Proposta para tornar justa a partilha de impostos e obrigações entre União, estados e municípios integra o relatório da Subcomissão da Dívida Pública.

Página 6



Ao lado de César Borges (E), Suassuna lê o relatório

Tuma propõe prisão-escola para infrator

Proposta de Romeu Tuma visa assegurar a recuperação de menores para o convívio social. Ney Suassuna sugere emancipar o menor após a primeira condenação.

Página 7

CCJ examinará convocação de Berzoini

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), decidiu encaminhar ontem, para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), requerimento convocando o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini. De autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o requerimento pede a presença de Berzoini para prestar esclarecimentos sobre denúncias publicadas em matéria da revista *Veja*, segundo a qual o ministro teria participado de esquema de escuta telefônica ilegal, destinado a beneficiar o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha eleitoral.

Antero apresentou ainda outros quatro requerimentos convidando seis pessoas, entre as quais o sindicalista Paulo Pereira da Silva, que foi vice na chapa de Ciro Gomes nas eleições presidenciais, e que, segundo a revista, teria sido vítima do esquema de escuta ilegal. Podem ser ouvidos também o procurador da República Luiz Francisco; o secretário do Ministério do Trabalho, Osvaldo Bargas; além de Carlos Grana, João Piza e Wagner Cinchetto, todos citados na matéria.

Apesar de reconhecer que as denúncias são graves, Suassuna argumentou que não é atribuição da CFC ouvir os supostos envolvidos nas denúncias, já que não são funcionários públicos, com exceção do procurador. A competência, observou, é da CCJ.

O senador César Borges (PFL-BA), no entanto, defende que é dever do Senado tentar esclarecer o episódio.

Agenda

Sessão de hoje continua com a pauta trancada

O Plenário do Senado, com sessão às 14h30, continua com a pauta trancada até a votação de uma medida provisória (MP) e de dois projetos de conversão. As matérias tratam da concessão de crédito para distribuidoras de energia (MP nº 129/03); da autorização para desconto de prestações em folha de pagamento (PLV nº 25/03); e de normas para o plantio e comercialização da produção de soja transgênica, na safra de 2004 (PLV nº 26/03). Às 12h, haverá sessão do Congresso Nacional, no Plenário do Senado, para a votação de projetos de lei de abertura de créditos especiais ao Orçamento da União.

Senado assina protocolo com Supremo Tribunal Federal

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 11h, da cerimônia de assinatura do protocolo de intenções entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Senado Federal, com a presença

do presidente do STF, ministro Maurício Corrêa. Às 11h30, Sarney recebe o deputado federal José Chaves, que será presidente da comissão que irá discutir a reforma trabalhista.

Grupo Parlamentar Brasil-Suíça

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) instala hoje, às 10h, o Grupo Parlamentar Brasil-Suíça. A reunião contará com a presença da presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados da Suíça, deputada Lili Nabholz, além de deputados e senadores dos dois países. A comissão vota ainda projetos que aprovam acordo entre o Brasil e o México (PDC nº 500/03 e nº 613/03).



Audiência ouve secretário do Orçamento Federal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, às 10h30, audiência para instruir projeto sobre a Lei Orçamentária (PEC nº 77/99), que tramita em conjunto com três outras propostas



de emenda (PECs nºs 22/00, 28/00 e 24/03). Foram convidados os secretários do Orçamento Federal, João Bernardo Bringel (foto), e do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, entre outros.



Comissões votam requerimentos para audiências

A Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática vota hoje, às 9h30, requerimento que convida o subchefe da Coordenação de Ação Governamental da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos, para falar sobre a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Às 10h, a Subcomissão das Agências Reguladoras vota requerimento que convoca o ministro das Comunicações, Miro Teixeira, para falar das metas para telefonia fixa. No mesmo horário, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota oito requerimentos convidando, entre outros, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e da Educação, Cristovam Buarque.

Lanceiros Negros

Será realizada hoje, às 9h30, cerimônia de lançamento do carimbo comemorativo dos Correios em homenagem aos Lanceiros Negros da Revolução Farroupilha. O evento, no Salão Nobre do Senado, é uma iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS). O carimbo postal também será lançado amanhã, em Porto Alegre.

CPI dos Transgênicos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transgênicos realiza hoje, às 14h, reunião administrativa, a fim de definir o calendário de trabalhos. A CPI é presidida pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) e busca investigar o contrabando de sementes transgênicas de soja e o seu plantio ilegal no Brasil.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



SUCESSO Projeto implantado em Palmas (TO) vai disputar prêmio I-Best, destaca Eduardo

Eduardo elogia luta por inclusão digital no TO

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou ontem o sucesso que vem sendo obtido por um projeto pioneiro de inclusão digital, voltado para a comunidade, implantado na cidade de Palmas. Denominado de Palmas – Cidade do Conhecimento, o projeto é fruto de uma parceria entre o poder público municipal e estadual e a Universidade Gama Filho.

Eduardo explicou que o projeto tem proporcionado a inclusão digital da comunidade por intermédio da construção da história de Palmas, de forma coletiva, a partir das histórias contadas pelos seus moradores. Por meio de seus relatos, disse, os moradores contribuem para o resgate da história do município. O programa, disse o senador, é constituído de um ambiente virtual de pontos públicos para acesso da população, e de atividades desenvolvidas nas escolas.

Troca de informação

Ao se cadastrar no projeto, o cidadão ingressa em uma rede que conta toda a história da cidade, criando um *login* e fazendo parte da troca de experiências e do relato de fatos históricos de Palmas, tendo acesso ao conhecimento.

Em pouco mais de um ano de funcionamento da iniciativa, informou Eduardo Siqueira Campos, o número de cidadãos cadastrados já chegou a 8.322. Os resultados obtidos com o projeto, conforme o parlamentar, já o credenciam a disputar o prêmio I-Best, conferido a inovações na área digital. Ele destacou a importante contribuição de "uma cidade jovem, com uma administração empreendedora e moderna, para o processo de inclusão digital", e convidou a todos a acessarem o site: www.cidadedoconhecimento.campsvirtual.br

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMAS A CCJ rejeitou ontem 224 emendas apresentadas em Plenário. Segundo Tião Viana, relator da proposta, as regras de transição para o servidor, propostas pela oposição, inviabilizariam a economia na Previdência

Texto da Previdência pronto para ir a Plenário

Após mais de dez horas de votações, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou, no início da noite de ontem, 224 emendas apresentadas em Plenário à reforma da Previdência. Outras 112 serão aproveitadas pelo relator da reforma, senador Tião Viana (PT-AC), em uma nova proposta de emenda constitucional, que conterá as mudanças que o governo aceita incluir.

– A verdadeira guerra será agora, no Plenário – afirmou o líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM). A primeira votação da reforma em Plenário está prevista para o dia 25.

PFL e PSDB continuam rejeitando a idéia da nova emenda

constitucional alternativa, chamada pela imprensa de emenda paralela. Uma paralela já existe e está tramitando na CCJ. Uma segunda será apresentada pelo relator, e foi proposta para contornar problemas regimentais.

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), sustentou em entrevista que o governo “acha que tem todos os votos” para aprovar o que quer no Plenário, “mas pode se surpreender”. Ele anunciou que seu partido pedirá a votação de dezenas de emendas, na tentativa de reverter alguns pontos da reforma.

Agripino sustentou que “foi frustrante” a tentativa do governo de substituir a emenda paralela por medida provisória



TRABALHO Senadores da CCJ voltam a se reunir hoje para votar as propostas apresentadas à primeira emenda paralela da Previdência

(MP), que teria vigência imediata. Entre outras coisas, as oposições dizem que não existe a menor garantia de que a paralela será votada na Câmara dos

Deputados, depois que o texto da reforma original for promulgado pelo Congresso.

– A medida provisória não tem uma vírgula a mais em

concessão. O governo não negocia nada. Então, vamos para o voto de Plenário – afirmou Agripino.

Segundo o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), “o governo já cedeu o máximo possível”.

– Se ceder mais, a reforma perde a economia que seria feita. O governo gostaria de anunciar melhorias para o funcionalismo, mas a realidade é que o Brasil tem de aproximar o sistema de previdência dos governos com o do INSS – ponderou.

A CCJ volta a se reunir hoje, às 10h30, para votação das 39 propostas à primeira emenda paralela da Previdência, que restabelece a paridade para os atuais servidores.

Viana: regras de transição impediriam economia

O relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (AC), afirmou que o governo não pôde fazer as mudanças solicitadas pelos partidos de oposição para incluir regras de transição para aposentadoria dos servidores públicos. Conforme o senador, se algum item sobre esse aspecto for alterado, a intenção de redução dos gastos com a Previdência não se cumprirá.

– O governo fez todo o esforço possível, mas chegou ao seu limite no caso das regras de transição. A intenção é não prejudicar o servidor, mas estudos demonstram o forte impacto nas finanças do Estado que tais regras provocariam. Prevê-se que o impacto nas contas seria de R\$ 12 bilhões, o que iria anular todo o esforço da reforma. Todas as lideranças de servidores com quem tenho conversado concordam com a aposentadoria aos 55 (para mulheres) e 60 (para homens) anos – afirmou Tião Viana.

Os senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que defendem regras de transição para os funcionários já em atividade, afirmaram que não é justa a redução salarial nem o prolongamento da idade para esses servidores.

Eduardo Azeredo observou



OBJETIVO Segundo Tião Viana, intenção do governo não é prejudicar o servidor público

que qualquer mudança tem de respeitar um mínimo de regras de transição. O senador José Jorge (PFL-PE) considerou que as emendas que criam regras intermediárias corrigiriam graves distorções que prejudicam quem começou a trabalhar mais cedo. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu respeito aos direitos dos funcionários que já se encontram inseridos nas regras de transição da reforma da Previdência de 1998. “O próprio presidente Lula disse durante a campanha eleitoral que não haveria ruptura de contratos e que os direitos dos servidores seriam respeitados”, completou José Jorge.

Votação deve ser na próxima terça-feira

Com a conclusão da votação do relatório do senador Tião Viana (PT-AC) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a matéria segue para o Plenário, onde tem votação em primeiro turno marcada para a próxima terça-feira, dia 25.

O primeiro turno é o momento em que o mérito da proposta é discutido por todos os senadores. No segundo turno, não cabem mais discussões acerca de alterações ao mérito da proposta, mas apenas quanto à forma da PEC. Nesse sentido, não são admitidas emendas que alterem o espírito da proposta, mas apenas a sua redação. Se houver emendas, a CCJ será chamada mais uma vez a dar sua opinião.

No caso de o relatório de Tião Viana ser mantido e a PEC 67/03 seguir sua tramitação no Senado sem modificações ao texto aprovado pelos deputados nas votações em primeiro e segundo turno, a matéria não precisará passar por nova votação na Câmara. Ou seja, ao final da tramitação no Senado a proposta estará pronta para ser promulgada, como emenda à Constituição, pelas Mesas das duas Casas.



MUDANÇAS De acordo com Paim (C) e Mercadante (D), governo deve acolher sugestões à reforma da Previdência, relatada por Tião Viana

Governo está aberto à negociação, afirma Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a disposição do governo de negociar mudanças em quatro pontos que considera fundamentais na proposta de reforma da Previdência: o subteto para os estados; a paridade entre ativos e inativos; as regras de transição para os atuais servidores; e a contribuição de inativos. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), já teria sinalizado a intenção do Executivo, segundo revelou, de acolher de imediato alterações relativas ao subteto e à paridade, enquanto continuaria a negociar alternativas às regras de transição e à taxa de inativos.

– Quando se alavancam qua-

tro temas e o governo quer atender dois e deixa aberto o debate para os demais, vejo nesse gesto uma ação positiva – avalia Paim. O senador aposta no debate democrático em Plenário, lembrando que, no momento da votação, cada um deve assumir sua posição perante a história. “Mais vale um bom acordo que a discussão interminável, levando a decisão para o Supremo Tribunal Federal”, afirmou.

Benefícios

Paim festejou o anúncio do ministro Ricardo Berzoini da edição de medida provisória prorrogando o prazo, por mais cinco anos, para aposentados reivindicarem revisão de benefícios.

REFORMAS Lideranças do governo e oposição se reúnem hoje em busca de entendimento. Sarney acredita em votação da mudança tributária neste fim de ano. Heloísa Helena diz que proposta da Previdência não inclui os pobres

Líderes buscam acordo para votar a tributária

Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), advertem: o governo pode ficar sem a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU) se for inflexível na reforma tributária como está sendo no caso da reforma da



AFINAÇÃO José Agripino (E) e Arthur Virgílio: PFL e PSDB atuam em harmonia

Previdência. Eles têm reunião hoje, às 10h, com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e mais os coordenadores do PSDB, Tasso Jereissati (CE), do PFL, Rodolpho Tourinho (BA), e o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), para tentarem um

acordo sobre a reforma tributária e definir as datas de discussão e votação.

O PFL e o PSDB não abrem mão do Fundo de Desenvolvimento Regional já para 2004, com R\$ 2 bilhões, para que os governadores do Norte, Nor-

deste, Centro-Oeste e Minas Gerais (para atendimento ao Vale do Jequitinhonha) invistam em infra-estrutura. A oposição aceita que o norte do estado do Rio e o Espírito Santo fiquem de fora, mas quer o fundo já para o próximo ano, em troca da unificação do ICMS em cinco alíquotas nacionais.

– O governo precisa aprovar a prorrogação da CPMF e a DRU, e por isso aceitará ceder – afirmou Tourinho.

Virgílio disse que seu partido atua em total afinção com o PFL e que exige o Fundo de Compensação das Exportações, o Fundo de Desenvolvimento Regional e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em benefício dos municípios para 2004.

Sarney crê em decisão antes do Natal

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou estar confiante em que, talvez antes do Natal, o Senado encerre a votação da reforma tributária. Ele considerou ontem que os entendimentos em torno dessa votação estão marchando bem e que a oposição tem plena consciência das responsabilidades conjuntas exigidas por essa mudança legislativa.

– Essa não é uma reforma do governo. É uma reforma que interessa à defesa da economia.

Sarney explicou que a idéia de, numa primeira etapa, votar

as matérias essenciais à governabilidade, sem destruir o núcleo da reforma, para, em seguida, votar a equalização do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, posteriormente, a unificação do ICMS com o Imposto sobre Serviços (ISS), garantirá a votação até o fim do ano.

Sobre a timidez de uma reforma sem uma decisão definitiva a respeito do ICMS, Sarney disse que isso é compreensível.

– Mesmo no formato primitivo, a mudança sobre o ICMS não seria implementada em

2004. O ano de 2004 seria um ano praticamente de transição.

Prefeitos

Sarney recebeu os prefeitos das cidades mineiras de Cambuí e de Conceição do Mato Dentro, João Fanuchi e José de Oliveira, que lhe pediram apoio para que a reforma tributária propicie mais recursos para os municípios. Eles também solicitaram intercessão junto ao presidente Lula para que os municípios recebam uma cota extra do FPM para atender ao pagamento do 13º salário de seus servidores.

Heloísa Helena cobra debate mais qualificado

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) destacou ontem que é importante estabelecer um debate mais qualificado e profundo sobre a proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência (PEC 67/03) e a chamada proposta paralela (PEC 77/03).

– Eu desafio que alguém mostre que essa proposta acaba com privilégios ou inclua os pobres. Mentira! Não posso dizer a um aposentado por invalidez, com mais de 70 anos ou portador de deficiência que essa PEC vai resolver e garantir direitos. Ela não faz nada por eles. Apenas apresenta a intenção de fazê-lo; não confere direito. Não posso mentir. Não vamos enrolar o povo.

Heloísa Helena ressaltou que a PEC paralela específica que depende de lei complementar para ser regulamentada, dependendo de projeto a ser enviado ao Congresso Nacional pelo presidente da República.

A senadora disse que não se conforma com o fato de a proposta de reforma da Previdência não ter uma regra de transição e calculou que aquele que começou a trabalhar aos 15 anos de idade terá que trabalhar até os 60 anos, exatamente como aquele que começou a trabalhar aos 25 anos de idade.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que é preciso debater o mérito da reforma e que a melhor forma de resolver o impasse seria promulgá-la “fatiada”, como propôs há meses.

– Agora tenho a ousadia de



DESABAFO Heloísa Helena: “Não posso mentir. Não vamos enrolar o povo”

propor um acordo de procedimento entre minoria e maioria. Nós votaríamos com a consciência a PEC 67, sem prejuízo dos destaques para votação em separado para temas como o teto, a paridade, os inativos e a transição. Fizemos esse tipo de acordo na Constituinte com o famoso Centrão.

Romeu Tuma (PFL-SP) observou que é preciso pensar nas condições dos trabalhadores há 30 anos.

– Ninguém está raciocinando em termos de um tempo em que nem havia transporte. Isso tudo não se conta para uma aposentadoria justa?

Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que a coragem de Heloísa Helena é reconhecida e amada por milhões de brasileiros.

– A farsa não está só na PEC, mas também em pessoas aqui no Senado que prometem apresentar emendas e, quando chegam na comissão, não as defendem. Um senador vota contra a emenda do outro companheiro de partido – afirmou.

Tuma presta contas de missão como observador na ONU

Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou ontem em Plenário relatório de prestação de contas sobre sua missão de observador parlamentar ao período de sessões da Organização das Nações Unidas (ONU) entre 20 de outubro e 2 de novembro deste ano. No documento, o senador defende o estabelecimento de canais que permitam ao Senado acompanhar de perto o desenrolar das discussões de acordos internacionais que, depois, terão de ser ratificados pela Casa.

Tuma também chamou a atenção para a necessidade de esforço internacional contra o tráfico de drogas como forma de conter a escalada do crime violento. Igual esforço deveria ser feito para o combate à lavagem de dinheiro.

– Compete à ONU agir com mais rigor e praticidade nesses campos para obter a harmonização das legislações nacionais e motivar maior controle internacional à luz dos acordos e tratados – destacou Tuma.

Alberto Silva quer criar Dia Nacional do Engenheiro

Alberto Silva (PMDB-PI) anunciou ontem que está apresentando projeto de lei que cria o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista, a ser comemorado em 23 de novembro. O senador explicou que nesta data foi fundada, há 90 anos (1913), a primeira Escola Nacional de Engenharia Elétrica, na cidade de Itajubá, no sul de Minas Gerais, pelo engenheiro Teodomiro Carneiro Santiago.

Alberto Silva explicou que não havia engenharia mecânica ou elétrica no Brasil, porque quem monopolizava o setor eram os ingleses, que trabalhavam nas estradas de ferro e nas companhias de energia elétrica.



Parceria com a Assembléia do Rio Grande do Norte

Junto com o diretor-geral Agaciel Maia, o presidente do Senado, José Sarney, assinou ontem convênio com a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte para um intercâmbio de programação entre a TV Senado e a TV inaugurada por aquela Casa legislativa.

O presidente da assembléia, deputado Robinson Faria, considerou da maior importância essa parceria, para que a TV do Legislativo potiguar possa divulgar, em canal por assinatura, as matérias exibidas pela TV Senado que sejam de interesse para o povo do Rio Grande do Norte. A TV da Assembléia do Rio Grande do Norte é a primeira de âmbito legislativo inaugurada no Nordeste, informou.

O deputado disse que também será significativo ceder à TV Senado programas de interesse nacional produzidos por aquela emissora, citando matérias temáticas, biografias e outros assuntos relativos ao Rio Grande do Norte.

Saturnino elogia cautela no avanço econômico

Senador ressalta que governo precisa agir com prudência para evitar caminhos equivocados

Ao rebater críticas de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está sendo lento na retomada do crescimento econômico e na geração de empregos, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou ontem que o governo precisa agir com prudência e evitar caminhos equivocados, como os que foram trilhados pelos presidentes João Goulart, no Brasil, e Salvador Allende, no Chile.

Para Saturnino, Lula precisa dosar a sabedoria de não se apressar com a ousadia de avançar até o limite politicamente viável, para não cair na paralisação do governo Lech Walesa, na Polônia, que ficou aquém do possível.

O parlamentar reconheceu



ACERTO Para Roberto Saturnino, o presidente Lula está agindo com a sabedoria necessária

que o caminho da moderação é extremamente difícil, porque “pressupõe manter um equilíbrio entre as pressões do Império – o governo dos Estados Unidos – e do sistema financeiro nacional e internacional” e as exigências decorrentes da exclusão social e dos compromissos assumidos na campanha eleitoral.

– Até agora, Lula está avan-

çando com a sabedoria necessária.

Entre as medidas mais corretas do governo Luiz Inácio Lula da Silva, Saturnino apontou, no plano externo, a negociação em torno da Área de Livre Comércio das Américas (Alca); o esforço pela dinamização das exportações; e os novos termos da negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No plano nacional, ele mencionou o microcrédito; a dinamização da construção de navios e plataformas para a Petrobras; bem como as diretrizes para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passe a financiar habitação e saneamento básico.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os votos obtidos por Lula no segundo turno deram-lhe a legitimidade que faltou a Allende e a Goulart. Já Pedro Simon aplaudiu a iniciativa do BNDES de comprar ações da Vale do Rio Doce.

Paim: está encerrado episódio com Dirceu

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem, no Plenário, que considera superado o mal-estar decorrente de comentários negativos sobre sua atuação parlamentar e a condução dos trabalhos na Mesa do Senado, atribuídos pela imprensa ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Paim disse que, em encontro com o presidente nacional do PT, José Genoíno, e o deputado Paulo Rocha (PT-PA), ambos negaram que Dirceu tenha feito críticas a seu respeito em reunião com a bancada petista.

O senador informou ainda



RECONHECIMENTO Paulo Paim diz que o ministro manifestou respeito às suas posições

ter recebido telefonema do próprio Dirceu, que afirmou seu respeito à história política

e às posições de Paim.

– Confesso que fiquei feliz com essa declaração – disse o parlamentar, acrescentando que, diante do “gesto de grandeza” de Dirceu, resolveu dizer publicamente que também respeita a história do chefe da Casa Civil, e retirava a comparação que havia feito entre o ministro e o general Golbery.

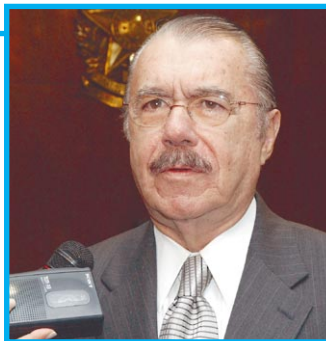
Aparteando, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou, na véspera do Dia da Consciência Negra, quão importante tem sido a contribuição de Paim como senador e vice-presidente da Casa.

Sarney aplaude a condução da política externa nacional

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou ontem a condução da política externa brasileira. Em relação à participação do país na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o senador afirmou que a posição do país não deve ser de recusa, e sim a de seguir negociando, “sem politizar nem ideologizar a questão”.

Para Sarney, é preciso assegu-

rar o atendimento dos interesses nacionais, com a inclusão dos produtos agrícolas brasileiros na pauta de negociações. Segundo disse, “o Brasil hoje tem maior visibilidade internacional do que no passado”, processo que teria se iniciado com a política de integração continental no final da década de 80. Ele considera que o país deve reforçar a reivindicação de par-



PROJEÇÃO Brasil passou a ter maior visibilidade do que no passado, afirma José Sarney

ticipar do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

APOSENTADORIAS

Waldemir Rodrigues



EQUÍVOCOS Medidas erradas no INSS têm levado governo a voltar atrás, diz Sérgio Cabral

Sérgio Cabral sugere que governo ouça a população

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) fez ontem apelo ao governo para que tenha mais humildade e não deixe de escutar as ruas, lembrando que em menos de 15 dias o governo voltou atrás duas vezes no que diz respeito aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Sérgio Cabral lembrou que há 15 dias chamou a atenção

para o problema dos segurados com mais de 90 anos de idade, obrigados a comparecer às unidades do INSS para comprovar que estavam vivos. Na época, continuou, o ministro da Previdência mostrou-se irredutível, mas foi obrigado a voltar atrás na decisão de forçar os idosos, em muitos casos até doentes, a enfrentar horas de espera em grandes filas para assegurar o recebimento das suas aposentadorias.

Agora, disse o senador, pela segunda vez, em menos de 15 dias, o governo muda uma decisão, anunciando, por meio do ministro Ricardo Berzoini, a edição de uma medida provisória estendendo o prazo para apresentação do pedido de revisão de benefícios concedidos entre fevereiro de 1994 e fevereiro de 1997, que venceria hoje.

Sérgio Cabral lembrou que ainda na manhã de ontem, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pediu ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que tentasse intervir na decisão de manter o prazo-limite até hoje.

– Ele me disse que seria impossível fazer uma prorrogação, e agora o governo nos encaminha essa medida provisória – ressaltou o senador.

Eduardo faz apelo em favor dos aposentados

“Está na hora de o presidente Lula e o ministro Berzoini marcarem um gol de placa”, afirmou ontem em Plenário o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), ao pedir a ampliação do prazo para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) solicitarem a revisão de seus benefícios. No fim da tarde, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, anunciou que todos os aposentados e pensionistas terão mais cinco anos para solicitar na Justiça a atualização monetária dos benefícios defasados em função dos planos econômicos.

O senador pelo Tocantins reconhece em Berzoini “um homem público dotado de disposição para enfrentar os problemas da Previdência Social com a firme intenção de melhorar o sistema, acabar com as fraudes e assegurar os direitos dos beneficiários”. Ele observou, no entanto, que, assim como o ministro admitiu não gostar de fi-

las, “imagine aqueles que trabalharam tanto e só querem ter o direito de receber seu benefício”, em alusão às filas enfrentadas por todos aqueles que correm contra o tempo para pleitear a revisão.

Os transtornos experimentados tanto pelos segurados que solicitam esse reajuste quanto pelos aposentados e pensionistas com mais de 90 anos obrigados a enfrentar fila para se recadastrar levaram o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a afirmar, em aparte, que o país assiste “a um festival de incompetência e insensibilidade administrativa e política do Ministério da Previdência”. Na sua opinião, a extensão do prazo de revisão previsto na Lei nº 9.711/98 pode ser operada com a edição de medida provisória pelo governo federal.

A decisão do governo de ampliar o prazo para o pedido de atualização dos benefícios deverá ser publicada hoje no *Diário Oficial da União*.

Waldemir Rodrigues



INVESTIGAÇÃO Antero anuncia que também vai se reunir com a Polícia Federal e a Receita

CPI ouve no Paraná acusados de evasão

Os parlamentares da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga a evasão ilegal de divisas por meio de contas CC-5, estarão hoje no Paraná para interrogar mais de 30 pessoas suspeitas de participar do esquema. Os depoimentos ocorrerão na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e na Assembleia Legislativa, em Curitiba. Integram a subcomissão responsável pela diligência o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o relator, deputado José Mentor (PT-SP), e os deputados Doutora Clair Martins (PT-PR), Paulo Bernardo (PT-PR) e Eduardo Sciarra (PFL-PR).

Em Foz do Iguaçu devem ser ouvidas 16 pessoas, entre gerentes e servidores do Banestado e do Banco do Brasil, funcionários de casas de câmbio e suspeitos de serem "laranjas" no esquema. Em Curitiba, a CPI vai interrogar 18 pessoas. Serão ouvidos o doleiro Alberto Youssef, que está preso, e os ex-gerentes do Banestado em Nova York Ércio de Paula e Gilson Girardi, além de Afonso Celso Braga, citado por testemunhas como a pessoa ligada ao Banco Integración e ao Banco Araucária, acusados de envio irregular de divisas para o exterior.

Antero Paes de Barros disse que a CPI fará também reunião com a Polícia Federal e fiscais da Receita Federal.

– Nosso objetivo é saber como está sendo realizada a fiscalização dos carros-fortes que circulam na fronteira entre o Brasil e o Paraguai e se o sistema hoje em vigor facilita a lavagem de dinheiro – assinalou o senador.

Essa não é a primeira visita da CPI ao Paraná. Em julho, o presidente e o relator da CPI estiveram em Curitiba.

Subcomissão quer partilha de impostos mais justa

Senadores que discutiram a dívida pública propõem emenda e projeto de lei sobre o tema

Após três meses de trabalho, a Subcomissão Temporária da Dívida Pública está apresentando proposta de emenda à Constituição (PEC) para tornar mais justa a partilha de impostos e obrigações entre União, estados e municípios. Sugere também projeto de lei com regras mais flexíveis para renegociação de dívidas de estados e municípios com a União.

As duas proposições constam do relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovado pelo colegiado, por unanimidade, na noite de ontem. Presidida pelo senador César Borges (PFL-BA), a subcomissão fez ampla investigação sobre a situação financeira



RESULTADO Ney Suassuna é autor do relatório aprovado por unanimidade na noite de ontem

dos estados e municípios, ouvindo inclusive governadores e secretários de Fazenda.

– A fragilidade financeira em que se encontram as unidades da Federação põe em xeque o pacto federativo, seja na dimensão da partilha de recursos, seja na dimensão do agravamento dos desequilíbrios regionais – afirmou o senador

Ney Suassuna.

Atualmente, ressalta o senador, há 16 estados com dificuldades para pagar o 13º salário. As causas principais, disse, são as taxas de juros; redução da participação de estados e municípios na partilha dos impostos; perda de receita em decorrência da estagnação econômica; e adoção de indexadores inadequados para correção do valor nominal dos débitos.

Pasep

Como parte da reforma tributária, a subcomissão sugere que os repasses da União sejam feitos levando-se em conta todos os tributos.

Propõe ainda a exclusão dos estados e municípios do pagamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e permissão, temporária, para que estados e municípios possam aplicar em outras áreas recursos constitucionalmente vinculados à educação e saúde.

Mozarildo defende orçamento realista

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez apelo aos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento para que elaborem um orçamento mais realista que não leve o governo a contingenciar "tantas verbas" durante sua implementação. Conforme disse, o que vem sendo feito no Congresso "é um trabalho de faz-de-conta".

A solução definitiva para o Orçamento da União, afirmou, seria a aprovação do projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criando o orçamento impositivo, como ocorre nos países desenvolvidos, onde as despesas previstas no



SOLUÇÃO Mozarildo quer a aprovação do projeto que institui o orçamento impositivo

orçamento precisam, necessariamente, ser realizadas.

Mozarildo reconheceu, po-

rém, não ser viável fazer mudança tão brusca de uma só vez. Para ele, há etapas intermediárias que podem ser adotadas, como a elaboração mais racional do orçamento, evitando "emendas parciais" que acabam ficando no "gavetão do contingenciamento".

Uma segunda mudança viável, disse, seria exigir que os contingenciamentos fossem aprovados no Congresso. Assim, as rubricas do orçamento "não ficariam ao bel-prazer dos burocratas, que nem sempre têm consciência social nem a intenção de trabalhar pela diminuição das desigualdades".

Comissão vota hoje requerimentos e avisos

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 10h, para votar oito requerimentos, seis avisos e um ofício, esgotando a pauta iniciada terça-feira, quando foram aprovados quatro projetos de lei, no valor de R\$ 3,935 bilhões, para as estatais e os Ministérios da Saúde e dos Transportes. A maior quantia refere-se a crédito de R\$ 3,895 bilhões para o orçamento de investimento das estatais.

O Ministério da Saúde recebeu dois créditos especiais,

um de R\$ 36,338 milhões e outro de R\$ 2,5 milhões. O último crédito especial, de R\$ 1,544 milhão, foi destinado ao Ministério dos Transportes. A comissão votou também 17 avisos sobre auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) em obras que contam com recursos federais, entre elas o Porto de Natal (RN) e trecho do metrô de Salvador (BA), que obtiveram autorização para voltar a receber verbas da União.

Os integrantes da comissão devem finalizar a análise dos

avisos que ainda constam da pauta, como o que encaminha as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). Há também oito requerimentos solicitando audiência pública com vários ministros.

Só para ouvir o titular da Fazenda, Antonio Palocci, há três pedidos. Entre outros temas, o ministro falaria acerca da medida provisória (MP nº 135) sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).



EXIGÊNCIA Sibá propõe a realização de estudos sobre viabilidade dos municípios

Novas regras para criação de municípios

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou projeto de lei complementar que estabelece exigências para a criação de municípios. Entre os requisitos obrigatórios estipulados estão: população mínima de 3 mil habitantes, centro urbano já constituído, estimativa de receita compatível com a execução das funções típicas da administração municipal, delimitação do perímetro urbano e da zona rural e meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A proposta, que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição federal, determina que a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios serão feitos por lei estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal.

– A viabilidade municipal será examinada sob os aspectos administrativos, ambientais, demográficos, socioeconômicos e urbanísticos. Também se está exigindo que o requerimento destinado à instalação do procedimento seja assinado por 1%, pelo menos, dos eleitores domiciliados na área que se quer emancipar – explicou Sibá Machado.

Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) parabenizou o senador pela iniciativa. Ela registrou que muitos municípios foram criados sem que sequer tivessem condições de arrecadar, terminando por sobreviver com os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Já o senador José Maranhão (PMDB-PB) lamentou que, por escassez de recursos, muitas prefeituras no país estão atualmente vivendo "uma verdadeira tragédia".

Roosevelt Pinheiro

Lúcia Vânia alerta para crescimento do trabalho infantil

Alarmada com dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que aponta um crescimento de 50% ao ano do trabalho infantil (10 a 14 anos de idade) nos grandes centros urbanos do Brasil, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que ela preside, passará a acompanhar mais de perto o problema e as ações do governo nessa área.

– Toda a estrutura de fiscalização do Ministério do Trabalho montada para monitorar esse problema está desativada.

– Não é apenas o dinheiro que faz o êxito de um programa social. É a motivação. Quando se tem vontade política e compromisso social, é possível obter resultados positivos. A senadora sugeriu ao atual governo que faça como o governo passado e promova ações mobilizando empresas, governos estaduais e prefeituras.

Maria do Carmo pede ao governo que restabeleça programa

Ao lamentar que nos primeiros nove meses do governo Lula o número de crianças trabalhadoras na faixa etária de 10 a 14 anos aumentou nas seis principais regiões metropolitanas do país, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) pediu ao Ministério da Ação Social o restabelecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em setembro o número de crianças trabalhando aumentou 50% em relação a janeiro e 76% se a comparação for feita com o mês de setembro do ano passado. A pesquisa é realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.

– O trabalho infantil é condenável não apenas por ser proibido por lei, mas também porque ele é desastroso para a sociedade como um todo. A criança que trabalha normalmente não vai à escola. E, se vai,



ALARME Lúcia Vânia cita estudo mostrando aumento de 50% do trabalho de crianças em um ano

complementa a renda de famílias que recebem menos de um salário mínimo.

Lúcia Vânia ressaltou que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) não recebeu “um centavo sequer” do governo em 2003 e, por isso, não foi ampliado.

– Não é apenas o dinheiro que faz o êxito de um programa social. É a motivação. Quando se tem vontade política e compromisso social, é possível obter resultados positivos.

A senadora sugeriu ao atual governo que faça como o governo passado e promova ações mobilizando empresas, governos estaduais e prefeituras.



CONSEQÜÊNCIA Maria do Carmo destaca que a queda na renda leva crianças a trabalhar

chega sempre cansada e sem vontade de estudar. Ela torna-se adulta muito mais cedo do que qualquer outra e não perde só a inocência da infância, mas também a oportunidade de construir sua vida e a esperança de ter um futuro melhor – afirmou Maria do Carmo.

A senadora por Sergipe destacou que os pesquisadores do IBGE constataram que o aumento do trabalho infantil é consequência direta da queda na renda do brasileiro e dos crescentes índices de desemprego no país. Ela comparou que, em setembro deste ano, a renda média real do trabalhador caiu 14,6% em relação a setembro de 2002. A taxa de desemprego no mesmo mês atingiu 12,9%, contra 11,5% em setembro de 2002.

Tuma quer prisão-escola para menores infratores

“Como recuperar crianças e adolescentes dentro de um ambiente de promiscuidade?”

Romeu Tuma (PFL-SP) alertou ontem para o equívoco da prisão de menores junto com adultos, em razão do debate que se faz sobre a redução da maioridade penal para 16 anos. A fim de evitar que saiam das ruas para apenas mais uma escola do crime, o senador propõe que os menores infratores sejam recolhidos a prisões que funcionem como escolas, onde possam ser recuperados para o convívio social.



OPORTUNIDADE Segundo Tuma, é preciso evitar que menor saia da rua para escola do crime

– Como recuperar crianças e adolescentes dentro de um ambiente de promiscuidade? – indagou Tuma.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

O senador comentou as declarações do ministro da Educação, Cristovam Buarque, no sentido de que a redução da maioridade penal só beneficiaria a elite, pois os ricos ficariam mais tempo na escola e os pobres iriam mais cedo para a cadeia. Para Tuma, é responsabilidade do ministério e das secretarias estaduais a implementação de programas que mantenham os menores o maior tempo possível na escola.

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) disse que levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que investimentos em segurança dão menos resultados que o crescimento da renda e do emprego.

Suassuna sugere pena mais severa depois da primeira condenação

Ney Suassuna (PMDB-PB) reapresentou ontem projeto de 1996 que trata da maioridade penal, em resposta à onda de crimes praticados por menores. Pela proposta, o menor passaria a responder por ações criminosas após a primeira condenação.

Na primeira versão, o projeto reduzia a maioridade penal de 18 para 16 anos. Suassuna, entretanto, disse ter dúvidas sobre se essa redução seria eficaz naquele momento ou até

mesmo hoje. Por isso, imaginou a fórmula da emancipação a partir do segundo crime. A primeira pena daria ao menor a chance de se recuperar – num horizonte de curto prazo – fora de presídios onde se encontram criminosos adultos. E serviria de alerta. A partir do segundo crime, teria mais peso a necessidade de proteção à sociedade, com a possibilidade de prisão por um espaço de tempo maior.

Para o senador, não só um

maior número de menores está cometendo crimes, mas também as organizações criminosas atribuem a crianças e adolescentes o papel de assumir crimes mais graves, já que em no máximo três anos são liberados.

– Muitos jovens estão enxergando no mundo do crime a oportunidade de serem heróis e boa parte da população vê os criminosos como heróis. Não adianta aprovarmos leis de faz-de-conta – afirmou Suassuna.

Tourinho homenageia Zumbi e mães-de-santo

A memória de Zumbi dos Palmares e a trajetória das mães-de-santo da Bahia foram reverenciadas pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ao homenagear ontem o Dia da Consciência Negra. A véspera da data, que se comemora hoje, levou Tourinho a propor uma reflexão sobre o processo de exclusão do negro na sociedade brasileira, “que deve ser objeto de nossas preocupações não somente em um dia de festa, mas em todos os dias do ano”.

A celebração do Dia da Consciência Negra não pode excluir, na sua opinião, a análise sobre

“os horrores e a suprema vergonha do passado escravagista”, que persistiu na história brasileira por cerca de três séculos. Tourinho exaltou Zumbi dos Palmares como um ícone não apenas da resistência negra, mas da luta do povo brasileiro pela liberdade, lembrando que sua luta contra o ódio, a intolerância, o preconceito e a rapina deixou como legado valores fundamentais para a construção de uma sociedade plurirracial e democrática.

Senador por um estado de maioria afro-descendente – Salvador é a segunda cidade



PREOCUPAÇÃO Tourinho considera necessário refletir sobre processo de exclusão

negra do mundo –, Tourinho destacou a importância das mães-de-santo no processo de libertação e auto-afirmação do negro no país. Tanto quanto Zumbi, Tourinho disse que merece ser reverenciada a atuação de mulheres como Mãe Menininha, Mãe Aninha, Mãe Stella e Mãe Tatá.

Waldemir Rodrigues



APOIO Segundo Lúcia Vânia, campanha do governo atende a reivindicação da CAS

Lúcia Vânia elogia esforço para doação

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), aplaudiu ontem a decisão do Ministério da Saúde de lançar campanha destinada a conscientizar a sociedade sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. A campanha, observou, tem por objetivo reduzir a menos da metade, nos próximos quatro anos, a fila de espera por transplante, que atualmente chega a 56 mil pessoas.

Lúcia Vânia disse que a campanha atende a reivindicação da comissão que preside, já que, como lembrou, a CAS aprovou em agosto último projeto oriundo da Câmara que proíbe a alteração da ordem dos nomes da lista única de espera de transplantes. Ela recordou que Leomar Quintanilha (PMDB-TO) sugeriu ao governo, na ocasião, uma campanha para doação.

O projeto, já aprovado pelo Plenário, segundo informou, abre exceção no caso de risco iminente de óbito.

– Lembro tudo isso para evidenciar a importância da Comissão de Assuntos Sociais, na avaliação, discussão e divulgação de ações importantes, não para determinado partido, mas para todos os brasileiros.

José Cruz



Papaléo vê descaso com saúde de mata-mosquitos

■ Senador diz que, por falta de treinamento e proteção, agentes da Funasa estão expostos a veneno

Por falta de treinamento para lidar com inseticidas e sem equipamento adequado para proteção, muitos agentes de saúde, conhecidos como mata-mosquitos, estão sofrendo problemas graves de saúde. A denúncia foi feita pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP), que pediu providências ao ministro da Saúde, Humberto Costa, ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Papaléo salientou que um dos principais venenos utilizados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no combate a mosquitos tem o nome comercial de Abate 1-G, cujo princípio ativo é o temefós, do grupo químico organofosforado. No entanto, de acordo com nota oficial citada pelo senador, divulgada em junho deste ano, a fundação garante que não



CRÍTICA Papaléo Paes cobra das autoridades providências para solucionar o problema

existem evidências de que esse produto cause danos à saúde humana.

– Ora, isso é mais do que um descaso. Aqui já se trata de acinte, de mentira, de verdadeiro deboche, sarcasmo com o sofrimento dos mata-mosquitos contaminados. A prova da mentira deslavada está em um informativo editado pela própria Funasa no Rio de Janeiro. Diz o *Rio Informa*, na edição nº 1 de 1998, a respeito dos organofosforados, que são mais tó-

xicos para os vertebrados que os organoclorados, podendo intoxicar facilmente um indivíduo com uma dose relativamente pequena – declarou.

Segundo o senador, o “descaso” com os mata-mosquitos vem sendo cometido há anos. Matéria de *O Globo* de 3 de maio último, lida por Papaléo, informa que 122 servidores da Funasa foram afastados do trabalho no ano passado porque estavam contaminados por produtos químicos.

Papaléo leu também manifesto em que os agentes de saúde informam que estão “morrendo lentamente” por terem passado boa parte de suas vidas aspirando o mesmo veneno destinado aos insetos e que são obrigados a deixar para seus filhos a herança de um pai doente.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse que a saúde pública vem sendo negligenciada no Brasil há vários anos. E o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que em muitos hospitais do país servidores correm risco de vida.



PROPOSTA César Borges defende dedução no IR de doações para saúde pública

Borges quer incentivos às Santas Casas

O senador César Borges (PFL-BA) anunciou que vai apresentar projeto modificando dispositivos da lei sobre o Imposto de Renda de modo a instituir dedução para pessoas físicas e jurídicas que contribuírem para a saúde pública.

Segundo o parlamentar, essa é a única maneira de salvar entidades filantrópicas como as Santas Casas de Misericórdia, que estão falidas em função de despesas com recursos humanos e materiais que acabam não sendo ressarcidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

César Borges citou o caso do Hospital Santo Antônio, das Obras Sociais Irmã Dulce, em Salvador, que está prestes a fechar as portas por insolvência financeira. Também o Hospital Aristides Maltez, especializado em tratamentos de câncer, apresenta déficit mensal de R\$ 100 mil, informou ele.

Para o senador, a situação da saúde pública no Brasil é alarmante, por faltarem medicamentos, equipamentos e profissionais, “enquanto sobram pacientes em filas intermináveis e desumanas”.

Ele afirmou ser “necessário humanizar” a atuação do SUS, mas reconheceu que esse objetivo somente será atingido no longo prazo.

Sarney propõe ajuda à luta contra Aids na África

Após receber ontem três representantes do governo britânico interessados em conhecer os motivos do sucesso do programa brasileiro de controle da Aids, o presidente do Senado, José Sarney, disse que o Brasil tem o dever de levar sua experiência à África, o continente mais atingido pela moléstia.

– Temos sido muito tímidos em ajudar a África a enfrentar o problema. Nosso programa não pode ser só para os países ricos copiarem. O Brasil deve

participar efetivamente ao lado das nações mais pobres, principalmente as nações africanas, com sua experiência e seus recursos – afirmou.

Sarney é autor do projeto que resultou na lei de distribuição gratuita aos soropositivos dos remédios que conseguem conter a doença. Ele admitiu que a aprovação da proposta não foi a única razão de o Brasil ter se tornado referência mundial no combate à síndrome.

– Só o projeto não adiantaria

nada. Temos que reconhecer que os ministros de todos os governos implementaram o programa que existe hoje.

Os visitantes – Nick Sloan, Jess Hudson e Monique Vledder – estavam acompanhados pelo diplomata Richard Barlow, segundo-secretário da embaixada britânica em Brasília. Os representantes britânicos permanecerão uma semana no Brasil para colher informações sobre o programa brasileiro de controle da epidemia.

Vinho brasileiro pode seguir padrões internacionais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável a projeto do Executivo que adapta a legislação brasileira sobre produção, circulação e comercialização de vinho e derivados de uva aos conceitos e padrões internacionais. O projeto (PLC nº 89/00),

já aprovado pelos deputados, vai agora à apreciação do Plenário do Senado.

A proposta, que tem como relator o senador Pedro Simon (PMDB-RS), trata da classificação dos vinhos e traz informações ao consumidor sobre a quantidade de açúcar e teor al-

coólico, que deverão estar estampadas nas embalagens. O projeto também tem por objetivo adequar a produção do vinho nacional ao Regulamento Vitivinícola do Mercosul, aprovado em 1996.

Simon destaca no parecer a qualidade dos vinhos do país,

principalmente do seu estado, o Rio Grande do Sul, e acrescenta que, atualmente, o nível tecnológico utilizado na produção dos vinhos brasileiros finos é comparável ao existente nos centros mais avançados, razão por que defende a aprovação da matéria.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Mão Santa